

Versão *On-line* ISBN 978-85-8015-075-9
Cadernos PDE

VOLUME II

OS DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE
NA PERSPECTIVA DO PROFESSOR PDE
Produções Didático-Pedagógicas

2013

Ficha para identificação da Produção Didático-pedagógica

Título: Currículo Adaptado e Flexível: Desafios e Possibilidades.	
Autor	Kátia E. Drosda Senn
Disciplina/Área	Educação Especial
Escola de Implementação do Projeto e sua localização	C. E. Adiles Bordin Rua Ivaldo Thomazi, s/n
Município da Escola	União da Vitória
Núcleo Regional de Educação	União da Vitória
Professor Orientador	Sandra Salete de Camargo e Silva
Instituição de Ensino Superior	FAFI – União da Vitória
Resumo	A Educação Inclusiva é dirigida a todas as pessoas, sem nenhum tipo de exclusão e para ser como tal a escola com todos os segmentos necessita estar preparada, dinâmica e com a possibilidade de dar respostas educativas a questões como: Quais são as principais dificuldades encontradas pelos professores no atendimento do aluno em processo de inclusão? Como objetivo geral procuramos garantir aos estudantes com deficiência intelectual, acesso e permanência no contexto escolar, buscando e organizando alternativas para que eles estejam incluídos em todas as atividades, por meio da formação docente, visando, não somente a inserção no espaço físico, mas possibilidades de avançar em níveis mais elevados de ensino. A educação concebida no princípio da diversidade, significa ensinar em um contexto educacional no qual as diferenças individuais entre eles são destacadas e aproveitadas, proporcionando a flexibilização e o enriquecimento curricular com a participação ativa de todos os estudantes, garantindo assim o desenvolvimento acadêmico, pessoal e social.
Palavras-chave	Inclusão, Currículo, Adaptação e Flexibilização.
Formato do Material Didático	Unidade Didática
Público Alvo	Professores

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ
SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS EDUCACIONAIS
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL**

KÁTIA ELIZABETH DROSDA SENN

UNIDADE PEDAGÓGICA

Currículo Adaptado e Flexível: Desafios e Possibilidades.

União da Vitória

2013

KÁTIA ELIZABETH DROSDA SENN

UNIDADE PEDAGÓGICA

Currículo Adaptado e Flexível: Desafios e Possibilidades.

Unidade pedagógica apresentada como requisito para obtenção de título junto ao Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE da Secretaria Estadual de Educação – SEED em parceria com a Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, União da Vitória - PR.

Orientadora: Profª Drª Sandra Salete de Camargo e Silva.

União da Vitória

2013

1. INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva é dirigida a todas as pessoas, sem nenhum tipo de exclusão e para ser como tal a escola com todos os segmentos necessita de preparo, dinamismo e aberta à possibilidade de oferecer respostas educativas a todos os alunos nela incluídos.

Nesse contexto, refletirmos a cerca da inclusão de alunos com deficiência torna-se premente, o conceito precisa ser associado à compreensão da função da escola, que é a de formar alunos, oferecendo respostas educativas de qualidade, possibilitando o desenvolvimento pleno do cidadão presente em cada aluno. Para Beyer (2006, p.81):

[...] A inclusão escolar dos alunos com necessidades especiais é um desafio porque confronta o (pretens) sistema escolar homogêneo com uma heterogeneidade inusitada, a heterogeneidade dos alunos com condições de aprendizagem muito diversas. E isto inquieta os professores em geral.

Refletindo sobre a inclusão, evidencia-se a ação dos professores, que incide no acesso, permanência e aprendizagem desses alunos. Tal ação realiza-se frente às demandas e desafios, que se inicia pela diversidade apresentada na escola. Os professores quando se vêem neste contexto, com essa gama de conflitos, percebem-se inicialmente um sentimento de rejeição, ocasionado pela dúvida, no sentido de como incluir esse aluno no contexto escolar? O que e como esse aluno de inclusão aprende? Inclusão pode ser a qualquer custo? Quem pode estar na escola regular? Inclusão para quem? Inclusão é só para socializar o aluno? O professor precisa de diagnóstico? Quem decide sobre a escolarização de um aluno? Como se dá o processo de ensino e de aprendizagem? E ressaltam a precárias condições de trabalho, assim como os limites de sua formação.

A partir das interrogativas apresentadas, aos professores cabe buscar formação, na tentativa de responder satisfatoriamente à essas questões. A Formação Continuada, no modelo Grupo de Estudos é um ótimo recurso para o profissional da educação que possui uma postura de estudioso, preocupado e vigilante com as constantes transformações ocorridas na área da educação.

Neste sentido busco aporte em Resende e Fortes (2005, p.1), que compreendem a Formação continuada

[...] como processo que ocorre ao longo da carreira e vida, principalmente articulada ao contexto de atuação profissional, num movimento de autoconhecimento e de conhecimento dos diversos fatores que interferem na docência. Aos poucos o professor vai assumindo postura e desenvolvendo autonomia em contexto sócio-histórico que naturalmente sofrem constantes transformações e em velocidade que vem aumentando vertiginosamente em função da produção acelerada de conhecimentos

A formação continuada, com vistas à atuação em todos os níveis e modalidades de ensino, está tratada na Declaração de Salamanca como formação em serviço: “[...] A formação em serviço, quando possível deverá efetuar-se em cada escola mediante a inteiração com formadores recorrendo ao ensino à distância e outras técnicas de auto-aprendizagem.”

Não há possibilidade de pensarmos o amanhã, mais próximo ou mais remoto, sem que nos achemos em processo permanente de “emersão” do hoje, “molhados” do tempo que vivemos tocados por seus desafios, instigados por seus problemas, inseguros ante a insensatez que anuncia desastres, tomados de justa raiva em face das injustiças profundas que expressam, em níveis que causam assombro, a capacidade de transgressão da ética (Paulo Freire, 2000:117).

O grupo de estudos, atuando na capacitação dos profissionais da educação, tem como objetivo possibilitar encontros onde ocorrerá a troca de experiências, buscando na coletividade, a construção, a reflexão e o compartilhamento de experiências, no compromisso de construir uma prática pedagógica mais humana.

2. ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

O Caderno Pedagógico, será organizado e implementado no formato Grupo de Estudos, que realizar-se-á no Colégio Estadual Adiles Bordin, totalizando 32 (trinta e duas) horas, as quais serão divididas em 8 encontros com 4 (quatro) horas cada um. Os encontros têm como tema o Currículo Adaptado e Flexível: Desafios e Possibilidades, apresentam como finalidade, possibilitar aos professores do ensino regular/comum e pedagogos(as), a

promoção da reflexão e discussão no âmbito da Educação Especial, na perspectiva da inclusão de todos os alunos(as) no processo educativo.

Os encaminhamentos metodológicos dar-se-ão de acordo com a sucessão de encontros:

1º encontro: Apresentação da Proposta na Semana Pedagógica.

- Será apresentada a proposta de trabalho durante a semana pedagógica da escola;
- Orientações com relação à participação;
- Discussão a respeito do cronograma de encontros;
- Apresentação dos temas que serão discutidos;
- Aplicação de um questionário aos professores do ensino regular, com a finalidade de coletar dados, relacionados aos conhecimentos prévios sobre a educação especial, aspectos históricos, legislação, adaptação e flexibilização curricular.
- Colóquio Temático: “Inclusão Escolar” com a participação da Profª Drª Sandra Salete de Camargo Silva.

2º encontro: Aspectos históricos e sociais da Inclusão Escolar

Por intermédio da análise do filme “O menino selvagem”, <http://www.youtube.com/watch?v=H1OlnppjCCc> (Acesso em 28 nov. 2013), o qual busca proporcionar ao professor uma reflexão sobre a Educação Especial. O filme se desenvolve no Instituto Nacional para Surdos e Loucos, em Paris. Conta sobre um menino, encontrado numa floresta, sujo e mal vestido, o qual é admitido no instituto, este garoto é incapaz de falar, comunicar, ou interagir em sociedade. Batizado de Victor pelos funcionários do hospital, o seu caso é aceito pelo Doutor Itard (Truffaut) um médico solitário que tem uma dedicação enorme ao rapaz e à sua reintegração na sociedade. Mas o percurso para amansar a “fera” é duro, e Itard terá de trabalhar incansavelmente para ensinar Victor a reclamar o seu lugar no mundo... Mesmo que para isso ponha em causa a sua carreira.

Através de avanços do conhecimento científico ocorridos na modernidade, a respeito do desenvolvimento humano, que veio a preocupação com a educabilidade de pessoas com deficiência intelectual. Fato ocorrido,

após os primeiros tratados relacionados à deficiência intelectual, os quais tinham em vista a experiência amplamente divulgada pelo médico Jean Itard, o qual avaliou durante seis anos o “menino selvagem de Aveyron”, tendo em vista que apresentava características primitivas, recebendo assim, o nome de Vitor que foi privado, desde criança, do convívio social. Durante esse período o médico Itard, realizava tentativas no ensino da fala e escrita de Vitor, procurando estabelecer relações entre objetos do cotidiano com suas respectivas imagens, as quais eram substituídas por letras ou palavras.

Para compreender a atual proposta de inclusão da pessoa com deficiência na escola, Jannuzzi (2004) apresenta a relevância da retomada ao passado, favorecendo a análise crítica do presente e assim vislumbrar novas perspectivas, as quais promovem novas concepções e perspectivas.

O quadro abaixo, organizado por Fonseca (apud FERREIRA & GUIMARÃES, 2003, p. 90) refere-se às concepções relativas à inteligência e cognição das pessoas com deficiência em diferentes momentos históricos.

CONCEPÇÕES E NOÇÃO DE INTELIGÊNCIA E COGNIÇÃO

Período	Concepção	Noção de Inteligência	Atitude
Até o séc. XVI	Pré- formista	Atribuição das causas da deficiência a forças sobre humanas. A idéia de inteligência pré-formada tira do meio e do substrato orgânico qualquer influência no seu desenvolvimento	Práticas de extermínio, perseguição, rejeição, negligência, exclusão dos deficientes.
Séc. XVII e XVIII	Pré-determinista	As causas da deficiência e da normalidade estariam determinadas pelo substrato biológico. As características intelectuais do	Confinamento dos deficientes em asilos, hospitais, institutos.

		indivíduo dependiam exclusivamente da estrutura genética herdada.	
Sé. XIX	Envolvimentalista	A ocorrência dos casos de excepcionalidade é atribuída à privação de estímulos. A hereditariedade e os fatores biológicos pré-estruturados do sistema nervoso são minimizados em relação aos fatores do meio supervalorizados.	Início da educação para as pessoas deficientes em instituições, separadas de acordo com a deficiência.
Séc. XX (até 1970)	Interacionista	Entende-se que a hereditariedade não se opõe ao meio; sem privilegiar o indivíduo (orgânico) ou o meio, propõe-se a interação de ambos como a forma mais coerente de construção do conhecimento.	Democratização da Educação Básica. Aumento da demanda de matrículas escolares. Criação de classes especiais e de apoio.
Séc. XX (a partir de 1970)	Modificabilidade cognitiva (vertente do interacionismo)	A inteligência é concebida como um processo internacional, flexível, plástico, dinâmico e auto-regulado.	Discussão sobre integração/inclusão e aumento do número de inserções de crianças com deficiências no sistema regular de ensino.

Uma proposta de inclusão, numa perspectiva inovadora inicia-se nas

décadas de 1980 e 1990, normatizando promoção de condições para uma educação de qualidade a todos e com todos, pelos sistemas educacionais. Tornando-os responsáveis pelas adequações necessárias, que atendam às necessidades especiais do alunado.

Em consonância com a Constituição Federal de 1988, no artigo 20, encontra-se previsto o atendimento educacional especializado e a inclusão escolar, fundamentada na atenção à diversidade, exigindo mudanças estruturais nas escolas comuns e especiais.

Atualmente, o grande desafio está na busca de encontrar meios para que a inclusão ocorra realmente, sedo que os professores exercem uma função importantíssima nesse contexto.

Atividade reflexiva referente ao 2º encontro:

- Tomando ciência, de que forma se deu a história e o tratamento dispensado às pessoas que possuem deficiência, reflita e faça um comentário, tendo como base o que afirma Jannuzzi (2004): a retomada ao passado possibilitará clarear o presente e assim vislumbrar novas perspectivas as quais incitaram a percorrer novas direções.

3º encontro: Legislação da Educação Inclusiva

Assistindo o vídeo em que Mauricio de Souza fala sobre a Educação Inclusiva, através de um personagem Luca, o qual será responsável por mostrar às outras crianças as possibilidades de uma infância feliz, interativa, independentemente de qualquer deficiência física. Acesse ao vídeo: <http://www.youtube.com/watch?v=nisvNAzYjzU&feature=related> (Acesso em 28 nov. 2013).

Um dos marco da educação inclusiva no Brasil ocorreu com a promulgação da Constituição Federativa do Brasil, em 1988, a qual prevê “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, no artigo 208 da mesma lei, fica assegurado vários direitos das pessoas com deficiência, entre eles norteia como dever do Estado “o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente, na rede regular de ensino”. O termo preferencialmente deu subsidio as escolas a ofertarem programas especiais, os quais eram considerados como apêndices no ensino regular.

A obrigatoriedade da oferta de Educação Especial na rede regular de ensino foi regulamentada com a Lei 7.853/89 para pessoas capazes de se integrar na comunidade escolar e na sociedade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu Capítulo I – Do direito à vida e à saúde –, art. 11, inciso 1º traz que “a criança e o adolescente portadores de deficiência receberão atendimento especializado”. E reafirma no Capítulo IV – Do direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer –, art. 54 que “é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: III atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

O direito de cada criança à educação, se deu com a Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtiem, Tailândia, março de 1990, principal no qual reza o item 5 do artigo III

As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo.

Podemos assistir ao vídeo sobre Declaração de Salamanca, acessando o vídeo: <http://www.youtube.com/watch?v=JQHxHdg54jA> (Acesso em 28 nov. 2013).

De acordo com a Declaração de Salamanca (1994, p.8) referente ao acesso das crianças e jovens no ensino regular

Acreditamos e proclamamos que: [...] as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devem adequar através duma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades.

O documento define em sua introdução o público a ser atendido pelas escolas. O texto divulgado no Brasil está organizado nos seguintes temas: política e organização, fatores escolares, contratação e formação do pessoal docente, serviços externos de apoio, áreas prioritárias, participação da comunidade e recursos necessários.

[...] escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e

que trabalham crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados. Tais condições geram uma variedade de diferentes desafios aos sistemas escolares. No contexto desta Estrutura, o termo “necessidades educacionais especiais” refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. Muitas crianças experimentam dificuldades de aprendizagem e, portanto possuem necessidades educacionais especiais em algum ponto durante a sua escolarização. Escolas devem buscar formas de educar tais crianças bem-sucedidamente, incluindo aquelas que possuam desvantagens severas. Existe um consenso emergente de que crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devam ser incluídas em arranjos educacionais feitos para a maioria das crianças. Isto levou ao conceito de escola inclusiva. O desafio que confronta a escola inclusiva é no que diz respeito ao desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança e capaz de bem-sucedidamente educar todas as crianças, incluindo aquelas que possuam desvantagens severas. O mérito de tais escolas não reside somente no fato de que elas sejam capazes de prover uma educação de alta qualidade a todas as crianças: o estabelecimento de tais escolas é um passo crucial no sentido de modificar atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras e de desenvolver uma sociedade inclusiva (UNESCO, 1994, p. 3-4).

Neste sentido a inclusão não é apenas e simplesmente matricular o aluno com necessidades especiais no ensino regular, é possibilitar a aprendizagem, aceitando as diferenças. Frente a esse desafio é fundamental que ocorram reflexões com os professores das escolas regulares sobre quem é este aluno, e quais as práticas pedagógicas possíveis para acesso, permanência e aprendizagem na classe comum.

O artigo 59, da LDB/96 prevê a organização de serviços de apoio especializado, que busca assegurar aos alunos com necessidades especiais, acesso à: currículos, métodos, técnicas, recursos educacionais e organizações específicas a suas necessidades. A mesma lei ainda estabelece terminalidade ou aceleração, para os que não conseguirem atingir o nível exigido para conclusão do ensino fundamental, devido as suas deficiências. Sendo assim os sistemas de ensino, devem expedir certificado de conclusão, referente a série, não sendo necessário manter esses alunos que não apresentam condições, até o fim da escolarização. Cabe ainda aos sistemas de ensino

disponibilizar a esses alunos professores para atendimento especializado, com adequada formação e capacitação, além do professor regente de classe regular.

Pelo Decreto nº 3298 de 1999, que regulamenta a lei nº 7853/89, coloca a educação especial como transversal que perpassa todos os níveis e modalidades de ensino, com ênfase a regular. A educação especial passa a assumir outro significado e, sendo definida como proposta pedagógica, que tem por objetivo assegurar recursos, serviços especializados e atendimento às necessidades especiais dos alunos. Neste contexto, a educação especial deixa de ser organizada de forma paralela à educação comum.

Em 2004, por recomendação da Organização das Nações Unidas (ONU) o termo “Deficiência Mental” foi substituído por “Deficiência Intelectual”, para evitar confusões com “doença mental”, que é um estado patológico de pessoas que possuem o intelecto igual ao da média, mas que por algum problema, acabam temporariamente sem usá-lo em sua capacidade plena. O termo “retardo mental”, refere-se a limitações em pelo menos duas das seguintes habilidades: comunicação, autocuidado, vida no lar, adaptação social, saúde e segurança, funções acadêmicas, determinação, lazer e trabalho.

Em janeiro de 2008, a nova “Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva” da SEESP/MEC é publicada, passando a orientar os sistemas educacionais para a organização dos serviços e recursos da Educação Especial de forma complementar ao ensino regular, como oferta obrigatória e de responsabilidade dos sistemas de ensino.

Essa Política resgata o sentido da Educação Especial expresso na Constituição Federal de 1988, que interpreta esta modalidade não substitutiva da escolarização comum e define a oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE em todas as etapas, níveis e modalidades, preferencialmente no atendimento à rede pública de ensino (Decreto 13/2009).

Devemos ter em mente que o processo intitulado Inclusão depende do pensamento de uma sociedade, de sua cultura, de sua legislação vigente, mas que mesmo com todo este processo ainda é muito imaturo tentarmos prever ou simplesmente tatear qual será realmente o seu resultado final.

No Estado do Paraná, presenciamos que a inclusão tem ocorrido num processo gradativo, procurando respeitar as diferenças e necessidades educativas especiais dos alunos inseridos no ensino regular.

O Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional – SEED oferece aos alunos com necessidades educativas especiais uma Rede de Apoio na perspectiva da inclusão, a qual busca dar respostas educacionais para as necessidades especiais desses alunos, por meio de serviços especializados, tais como: Classe Especial, Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar – SAREH, Atendimento Pedagógico Domiciliar, Programa de Escolaridade Regular com Atendimento Especializado – PERAE – Área da Surdez, Sala de Recursos, Centro de Atendimento Especializado, Instrutor Surdo – Área da Surdez, Tradutor e Interpretador de Libras/Língua Portuguesa/TILS – Área da surdez, Professor de Apoio Permanente em Sala de Aula, Professor de Apoio em Sala.

Isso possibilita o acesso, permanência e aprendizagem de aluno de inclusão em todos os níveis de ensino, por onde perpassa a Educação Especial, construindo novas maneiras de trabalhar cooperativamente, respeitando a singularidade dos sujeitos.

Frente ao exposto consideramos fundamental que os profissionais da educação especial bem como o do ensino regular tenham claro o conhecimento sobre as leis que regulamentam a Educação Inclusiva e também possam questionar, e ao mesmo tempo buscar esclarecimentos quanto às particularidades que podem viabilizar maior legitimidade para a Inclusão. Para incluir devemos ter em mente a responsabilidade imensurável que deve vir à tona quando isto acontece, pois estamos nos referindo a uma vida, que não deve ser um simples brinquedo na sociedade. Assim incluir vai muito além.

As atividades reflexivas referentes ao 3º encontro.

- Destaque o que recomenda a Declaração de Salamanca citada nesta Unidade Pedagógica e comente o que você entendeu.
- Como está ocorrendo a Educação Inclusiva na perspectiva dos alunos com necessidades especiais?
- Em sua opinião: Como ocorre a política de Inclusão Educacional no Estado do Paraná?

4º encontro: Currículo

Realizar discussão a respeito do currículo é uma tarefa tão complexa, quanto necessária, segundo César Coll, currículo é um projeto que orienta as atividades escolares, produzindo guias de ações úteis aos professores. É nele que contempla as diversidades que existem no contexto escolar, de acordo com Alencar deve possibilitar a todas as pessoas, participarem da vida social assim como resguardar a sua dignidade e igualdade de direitos, que é muito importante na educação com foco no exercício da cidadania.

O termo currículo foi descrito pela primeira vez em dicionário, no ano de 1663, com o sentido de curso, em especial um curso regular de estudos numa escola ou numa universidade (PACHECO, 2005, p.29-30) e no vocabulário educacional possui o significado de curso de estudos, o currículo passou a ser descrito como trajetória, percurso, ampliando-se para uma concepção aberta de projeto de formação, no contexto de uma dada organização.

O currículo como objeto de estudo e pesquisa teve maior ênfase com Bobbitt (apud Silva, 2007), que em 1918 a definiu como especificação precisa de objetivos, procedimentos e métodos para obtenção de resultados. Isso ocorreu em conexão com o processo de industrialização que acontecia nos Estados Unidos, juntamente com os movimentos migratórios que suscitaram a massificação da escolarização. Na dúvida em que possibilitar as massas formação acadêmica ou preparo para o trabalho especializado e as intenções. Como neste período as ideias eram conservadoras e havia a compreensão que relacionava a escola à indústria, o modelo Institucional dessa concepção foi o de produto fabril, em que os estudantes devem ser processados.

A proposta de Bobbitt (apud Silva, 2007) era conservadora e sugeria que a escola funcionasse como qualquer outra empresa comercial ou industrial. Neste sentido, o sistema educacional deveria ser capaz de especificar precisamente quais resultados deveriam ser alcançados, que métodos seriam invocados para obtê-los de maneira concisa e ainda com mensurações que possibilitassem saber se eles foram alcançados e com que precisão.

Cabe ressaltar que todos os educadores em todos os lugares e todas as épocas estavam envolvidos com o currículo, mesmo antes de estar

familiarizado com a palavra especializada “currículo” que possa designar aquela parte de suas atividades que hoje conhecemos como currículo.

As teorias que se referem ao currículo “teorias do currículo” possuem muitas afirmações sobre como as coisas deveriam ser, neste sentido, Silva (2007) situa as teorias no centro de um território contestado na busca por hegemonia com essa característica observamos a diferenciação em teorias tradicionais, críticas e pós-críticas. A diferença entre as três está na questão de poder as teorias tradicionais se definem neutras, científicas e desinteressadas, as teorias críticas perguntam o “por que” de alguns conhecimentos em detrimento a outros, enfatizando o poder e as teorias pós-críticas nos levam a mudar o foco do currículo e da escola, refletindo a cerca de suas nuances sobre conceitos como multiculturalismo.

Sendo a sociedade contemporânea multicultural com diferenças de etnias, classes sociais, religião, cultura, orientação sexual, Moreira (2001) faz observações com relação ao termo multiculturalismo, que segundo ele é compreendido como um caráter atual das sociedades ocidentais, para expressar os complexos fenômenos culturais contemporâneos é para ele “uma condição à qual se pode responder de diferentes formas, mas não se pode ignorar”.

McCarthy citado por Moreira (2001) refletindo a cerca dos excluídos “concebo diferença como o conjunto de princípios organizadores de seleção, inclusão e exclusão que informam o modo como mulheres e homens marginalizados são posicionados e constituídos em teorias sociais dominantes, políticas sociais e agendas políticas”, neste sentido a diferença como um processo social e fazendo a relação com a escola tem apresentado com relação às diferenças multicultural da sociedade presente na escola. Sendo assim, Moreira (2001) vê a inclusão da perspectiva multicultural aplicada aos currículos como conveniente e possível.

Tendo o currículo uma função social, a qual expressa o momento histórico das intenções sociais e as relações que estabelece com o conhecimento, deve-se adaptar e modificar-se, de acordo com MEC/SEESP, 2008

A transformação da escola não é, portanto, uma mera exigência da inclusão escolar de pessoas com deficiência e/ou

dificuldades de aprendizado. Assim sendo, ela deve ser encarada como um compromisso inadiável das escolas, que terá a inclusão como consequência.

A escola deve promover o movimento de educação para todos, adaptando o currículo ao seu Projeto Político Pedagógico (PPP), o qual não deve ser calcado em uma cultura comum e homogênea. É necessário considerar a resolução 04/09 do MEC, que considera como condição fundamental, o acesso ao currículo flexível que promova a utilização dos materiais didáticos e pedagógicos, dos espaços, dos mobiliários e equipamentos, dos sistemas de comunicação e informação.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação (BRASIL, 2008) prevê que os espaços escolares devem disponibilizar atividades de atendimento especializadas e ainda o enriquecimento curricular. O currículo deve ser modificado, com a finalidade de atender a diversidade existente nas relações sociais, as possibilidades dessas mudanças serão contempladas num currículo adaptado e flexível, apresentado a seguir.

As atividades reflexivas referentes ao 4º encontro.

- O currículo deve propor o que se deve ensinar ou aquilo que os alunos devem aprender?
- O currículo é algo delimitado, específico e acabado ou é algo flexível que se delimita no próprio processo de aplicação?

5º e 6º Encontro: Adaptação e Flexibilização Curricular

O currículo é um importante recurso que auxilia no desenvolvimento e aprendizagem de todos os alunos, desde que adaptados para oferecer possibilidades, frente às suas dificuldades. Os Parâmetros Curriculares Nacionais aborda a necessidade de haver adaptações curriculares significativas, a qual deve levar em conta as características individuais, sendo assim é indicado conteúdos de caráter funcional e prático, para o atendimento de alunos que apresentam déficit que comprometam o funcionamento cognitivo, psíquico e sensorial, constituindo deficiências graves.

As adaptações curriculares são estratégias que possibilitam a melhoria da eficiência educativa, contribuindo, de maneira eficiente com a inclusão. O atendimento desses alunos na escola regular, a adoção de currículos abertos e flexíveis, e serviços de apoio pedagógicos especializados são necessários e devem estar em consonância com os princípios e com as diretrizes do Projeto Político Pedagógico (PPP), na perspectiva de um ensino de qualidade para todos. De acordo com Beyer (2006, p.75):

O Projeto Político Pedagógico Inclusivo [...] objetiva não produzir uma categorização “alunos com e sem deficiência, com e sem distúrbios, com e sem necessidades especiais” (a adjetivação é ampla e flutuante, conforme os vários diagnósticos possíveis). Para tal a abordagem educacional não há dois grupos de alunos, porém, apenas crianças que compõem a comunidade escolar e que apresentam necessidades variadas.

Com este enfoque, a adaptação e flexibilização curricular não consiste em acrescentar atividades complementares na estrutura curricular para alunos de inclusão, nem tão pouco recortar conteúdos e empobrecê-los, pois existem saberes imprescindíveis a todos os alunos, os quais não podem ser excluídos, pois servirão de base à outros saberes e ou aprendizagens, que garantem a igualdade de oportunidades de acesso à outras informações, as quais são indispensáveis para construção do conhecimento. De acordo com MEC (1995)

Quando se fala de adaptações curriculares está se falando, sobretudo em primeiro lugar, de uma estratégia de planejamento e de atuação docente e, nesse sentido, de um processo para tratar de responder às necessidades de aprendizagem de cada aluno (...) fundamentado em uma série de critérios para guiar a tomada de decisões com respeito ao que é ao que o aluno ou aluna deve aprender, como e quando e qual é a melhor forma de organizar o ensino para que todos saiam beneficiados.

A escola no Projeto Político Pedagógico (PPP) deve oferecer um currículo adaptado e flexível em relação a conteúdos, objetivos, metodologias e critérios de avaliação para atender as necessidades diferenciadas de todos os alunos. O currículo não pode ser apresentado como uma cultura comum, homogênea, visto que estamos falando em diferenças, neste contexto, percebemos que a escola ainda não está preparada e estruturada para receber e dar atendimento de qualidade a todos os alunos.

O currículo oculto possibilita desenvolver o potencial de aprendizagem de alunos com necessidades especiais, quando sua essência for positiva, na aceitação, credibilidade e incentivo. De acordo com Ribeiro (1990)

O conceito de currículo oculto designa, simultaneamente, dois aspectos: por um lado, aquelas práticas e processos educativos que induzem resultados de aprendizagem não explicitamente visados pelos planos e programas de ensino e que apenas se indiciam, por não serem ainda totalmente conhecidos; por outro, refere-se a efeitos educativos que a educação escolar parece favorecer, como uma espécie de subproduto do currículo formal, respeitantes, sobretudo à aquisição de valores, atitudes perante a escola e matérias escolares, processos de socialização, de formação moral.

Desta forma o currículo oculto não é uma ação necessariamente planejada, mas possibilita a aprendizagem por meio da interação entre os estudantes e professor. A educação concebida no princípio da diversidade, significa ensinar em um contexto educacional no qual as diferenças individuais entre eles são destacadas e aproveitadas, proporcionando a flexibilização e o enriquecimento curricular com a participação ativa de todos os estudantes, garantindo assim o desenvolvimento acadêmico, pessoal e social.

Para refletir sobre adaptações e flexibilizações curricular é necessário falar do Projeto Escola Viva: garantindo acesso e permanência de todos os alunos na escola, inclusive os alunos que apresentam necessidades especiais, publicados pelo MEC/SEESP (2000, vol.5 e 6) o qual trata de adaptações curriculares de grande e de pequeno porte. Tal documento esclarece que as adaptações de grande porte consistem em ações que são de competência e atribuições das instâncias político-administrativas superiores os motivos pelos quais são assim, é que necessitam modificações que envolvem ações políticas, administrativas, financeiras, burocráticas etc. As adaptações de grande porte são indicadas a alunos que apresentam severas dificuldades de aprendizagem. Sendo elas: adaptações de Acesso ao Currículo; a criação de condições físicas, ambientais e materiais para o aluno, em sua unidade escolar; a adaptação do ambiente físico escolar; a aquisição do mobiliário específico necessário; a aquisição dos equipamentos e recursos materiais específicos; a adaptação de materiais de uso comum em sala de aula; a capacitação continuada dos professores e demais profissionais da educação; a efetivação

de ações que garantam a interdisciplinaridade e a transsetorialidade (BRASIL, 2000).

O documento do MEC/SEESP explica que adaptações curriculares de pequeno porte, citadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs de adaptações não significativas compreendem modificações menores, de competência do professor, que configuram pequenos ajustes nas ações planejadas que devem ser desenvolvidas no contexto da sala de aula.

Com base em materiais elaborados pela Secretaria de Estado da Educação/Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional (SEED/DEEIN) utilizados em cursos de formação continuada, apontamos alguns caminhos que podem auxiliar as práticas pedagógicas do professor para o grupo de alunos em questão:

I. **Modificação organizacional das atividades realizadas em sala** – deve-se buscar uma forma de organização do espaço, que favoreça o processo pedagógico para possa vir a beneficiar o aluno com necessidades educacionais especiais, tais como:

- Para os materiais escritos de uso comum (conteúdos livros, apostilas, textos):
 - Destacar alguns aspetos que necessitam serem apreendidos com cores, desenhos, traços;
 - Cobrir partes que podem desviar a atenção do aluno;
 - Incluir desenhos, gráficos que ajudem na compreensão;
 - Destacar imagens;
 - Modificar conteúdos de material escrito de modo a torná-lo mais acessível à compreensão etc.
- Permitir o uso da calculadora;
- Ensinar com materiais concretos e reais;
- Favorecer o processo comunicativo entre aluno/professor, aluno/aluno.
- Apoiar o uso dos materiais de ensino aprendizagem de uso comum.
- Mudar a rotina da sala de aula em relação à organização do espaço físico, organizando-se a posição das carteiras, de modo a facilitar a interação de todos os alunos entre si (posição em U).

II. **Modificações nos objetivos e nos conteúdos** - Seleção de objetivos, sequenciação e eliminação de conteúdos secundários, tendo em mente o que pretendemos atingir, após essa reflexão a respeito das aprendizagens consideradas mínimas para cada etapa, ano, ou ciclo. Procurar estruturar, sempre considerando os conteúdos mais importantes e imprescindíveis para que o aluno possa compreender as etapas posteriores, bem como, quais seriam as aprendizagens mais urgentes para este aluno e ainda as que favorecem a sua integração escolar e social a médio e em longo prazo. Tais como:

- Selecionar as metas e os objetivos de aprendizagem que são funcionais e relevantes para o aluno.
- Um contexto estruturado e significativo auxilia a capacidade de progredir desses alunos.
- É necessário que se estimule o aluno com deficiência intelectual a avançar na sua compreensão, criando-lhe conflitos cognitivos, ou melhor, desafiando-o a enfrentá-los.
- Certificar-se de que a habilidade é dominada em pelo menos um contexto.
- Atuar para eliminar sentimentos de inferioridade, de menos valia e de fracasso.

III. **Modificações na metodologia e na didática** – Modificar método e didática implica mexer na ação direta do professor frente ao aluno, necessitando reflexões entre o professor e a equipe pedagógica a cerca de quais seriam as práticas pedagógicas mais eficientes diante das necessidades específicas do aluno de inclusão.

- Conseguir a atenção do aluno antes de iniciar uma instrução.
- Certificar-se de que os alunos estão ativamente envolvidos.
- Ensinar com materiais reais (em vez de símbolos ou abstrações).
- Variar materiais e exemplos.
- Mobilizar ao máximo a atividade cognitiva da pessoa com deficiência mental, pouco importando as causas dessa deficiência.

- Um contexto estruturado e significativo auxilia a capacidade de progredir desses alunos.
- Aplicar com eficácia a mediação do significado.
- É necessário que se estimule o aluno com deficiência intelectual a avançar na sua compreensão, criando-lhe conflitos cognitivos, ou melhor, desafiando-o a enfrentá-los.
- Variar os contextos, incluindo aqueles em que as habilidades devem ser aplicadas.
- Promover muitas oportunidades para a prática.
- Atividades que exigem maior atenção devem ser focalizadas no início da aula, e revisar os conteúdos trabalhados com o aluno e verificar o que ele aprendeu sobre o assunto abordado.
- Enquanto os alunos, sem dificuldades de aprendizagem, estiverem fazendo revisão de exercícios ou aprofundando o conteúdo através de exercícios desafiadores, o professor pode ajudar os alunos com dificuldades de aprendizagem.
- Encorajar, estimular e reforçar a comunicação, a participação, o sucesso, iniciativa, o cuidado pessoal, a autonomia e o desempenho do aluno.
- Solicitar informações ou atuações com ordens claras e sequenciais, em lugar de instruções gerais e explicações muito longas e pouco precisas.
- Modificar o nível de complexidade das atividades: eliminando componentes, sequenciando a tarefa.
- Aproveitar os trabalhos em cooperação e ajuda mútua (trabalho em grupos), para estimular a demonstração de habilidades e talentos individuais em tarefas que extrapolem o conhecimento formal a fim de que cada aluno seja visto de forma positiva pelos demais.
- Desenvolver práticas que fortaleçam a mediação do professor e dos colegas junto ao aluno com deficiência intelectual na apresentação de pistas, de demonstrações, de recursos de memória que oportunizem a realização da tarefa e a fixação da aprendizagem.

- O professor deve ativar o funcionamento mental dos alunos desencadeando situações em que o aluno deficiente se sinta impelido e envolvido pelo interesse de conquistar o conhecimento.
- O professor tem que fazer com que o aluno deficiente pense sobre o que faz, o que responde, o que planeja fazer e o que já executou.
- O papel do professor é propor situações que motivem a atividade intelectual.
- Utilizar dicas (recursos para memorização: mapas da história - quem, o quê, onde, quando, por quê).
- Procurar proporcionar ao aluno tantas tarefas quantas forem dadas aos outros.
- Pedir que o aluno repita a instrução recebida (o que é para fazer mesmo?).
- Não faça concessões a algum aluno só porque tem deficiência. Aja com ele do mesmo modo como age com os outros. Para todas as crianças devemos em caso de transgressões às regras sociais e às da escola, aplicar medidas socioeducativas.
- O nível de exigência deve estar adaptado às suas possibilidades, tanto no que se refere à dificuldade da tarefa como ao tempo necessário para a sua execução.

IV. **Modificação no tempo (temporalidade)** - Considerar do tempo previsto para a realização das atividades, como algo sujeito a modificações conforme a necessidades específicas dos alunos.

- Flexibilizar o tempo de realização das tarefas, respeitando-se o ritmo do aluno, mas estabelecendo-se com ele metas a serem cumpridas, a fim de que, progressivamente, supere suas próprias marcas.
- Priorizar atividades e solicitar tarefas de duração breve, com objetivos distintos e hierarquizados pelas possibilidades de desempenho do aluno.
- Modificar a temporalidade para determinados objetivos e conteúdos previstos.

V. **Modificação nas avaliações (técnicas e instrumentos)** – As avaliações devem ser processuais e diagnósticas, e ainda ocorrer de formas bastante variadas, de modo a verificar os progressos reais com o intuito de detectar as possíveis falhas e redirecionar as estratégias. Quando necessário deve-se considerar a introdução de métodos alternativos específicos e modificação na organização.

- Utilizar dicas em avaliações variadas (banco de palavras, cruzadinhas...).
- Aplicar testes orais (o professor pode ser o escriba do aluno).
- Utilizar gravuras sobre o conteúdo para ilustrar a prova.
- Ler as questões para os alunos, explicando-as uma a uma.
- Variar a disposição das questões nas avaliações, não colocando muitos itens numa página: avaliação clara e limpa.
- Deixar espaço adequado para as respostas.
- Utilizar também questões de respostas de múltipla escolha.
- Estender a duração da avaliação (voltar no contra turno) ou fazer por etapas.
- Completar os testes de forma diferente.
- Dar “dicas extras” – mediação.
- Avaliações mais curtas e frequentes ao invés de mais abrangentes.
- Checar se o aluno compreendeu os passos e a orientação para resolver a avaliação.
- Verificar a avaliação, dando ao aluno uma segunda chance de corrigir o que errou.
- Fazer um portfólio de seu aluno com deficiência intelectual.
- Avaliar o progresso diário do aluno, sua aprendizagem utilizando suas próprias produções como parâmetro, evitando-se comparações com os demais colegas.

As Adaptações Curriculares possibilitam outras ações educativas, que visam auxiliar na aprendizagem de alunos de inclusão. Frente às dificuldades de aprendizagem desses alunos e com base no princípio da individualização do ensino, se faz necessário fundamentar-se em alguns critérios que definam: o

que o aluno deve aprender; como e quando aprender; que forma de organização de ensino é mais eficaz para o processo de aprendizagem; o que avaliar; como avaliar e quando avaliar o aluno.

O reconhecimento da diversidade presente em sala de aula está em consonância ao conceito de necessidades educacionais especiais, conforme Blanco, no prelo, p. 2, enfatiza:

[...] implica que qualquer aluno que tenha dificuldades em seu processo de aprendizagem, seja qual for à causa, receba as ajudas e recursos especiais dos quais necessite, seja de forma temporária ou permanente, no contexto educacional mais normalizado possível. (BLANCO, no prelo, p. 2).

Ainda buscando aporte em Blanco, as necessidades educacionais especiais podem provir de particularidades do aluno, tais como seu histórico de educação familiar, seu histórico educacional, privação cultural, o viver em ambientes marginais, o pertencer a minorias étnicas e culturais, dentre outras.

Considerando que estes mesmos alunos podem apresentar uma experiência de aprendizagem diferenciada, dependendo do contexto educativo no qual estejam inseridos, nos remete a considerar que o Projeto Político Pedagógico da escola precisa ser analisado, quando refletimos sobre as dificuldades que ocorrem no processo de ensino e de aprendizagem de cada aluno. Que tipo de respostas educativas está sendo oferecido aos alunos, em geral, e a cada um, em particular? Será que o Projeto Político Pedagógico da escola está identificando as necessidades educacionais particulares, de cada aluno, bem como as necessidades educacionais especiais presentes no contexto escolar, oferecendo um currículo adaptado com as flexibilizações necessárias para favorecer o processo de aprendizagem?

No contexto das ideias acima expostas, não se pode mais aceitar que o professor oferte as mesmas respostas educativas a todos os alunos, sem considerar as diferenças individuais. Neste sentido, é fundamental que ocorra a individualização do ensino, e o professor deve ter a oportunidade de conhecer seus alunos antes de elaborar o seu planejamento anual de ensino. Atualmente, por questões burocráticas, o planejamento é elaborado num período anterior ao do início das aulas, sem que o professor conheça os alunos e suas características específicas. Esta prática que fornece as respostas pedagógicas rígidas e homogeneizadas não respeita a individualidade dos

alunos, na realidade, proporciona uma exclusão dos alunos, os quais são “mal atendidos” em suas necessidades educacionais especiais.

O projeto político pedagógico da escola deve oferecer as respostas às necessidades especiais do aluno, oportunizando os recursos necessários e relevantes para que se cumpram as finalidades educacionais, que não deve ser compreendida como a necessidade de currículo novo, mas sim adaptações e flexibilizações do currículo regular da escola, que visem aos alunos de inclusão a aprendizagem, respeitando suas limitações e valorizando suas possibilidades.

A escola, ao considerar a diversidade, tem como valor máximo o respeito às diferenças, não o elogio à desigualdade. As diferenças não são obstáculos para o cumprimento da ação educativa; podem e devem, portanto, ser fator de enriquecimento. (PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais p.96, 97).

É necessário a reorganização do projeto político pedagógico, prevendo as adaptações e flexibilizações necessárias para que ocorra a inclusão e a participação efetiva de alunos com necessidades especiais em todas as atividades. Com isso, a inclusão de alunos com necessidades especiais na classe regular implica o desenvolvimento de ações adaptativas, visando à flexibilização do currículo, para que ele possa ser desenvolvido de maneira efetiva em sala de aula, e atender as necessidades individuais de todos os alunos.

De acordo com a Secretaria Municipal de Educação do Estado de São Paulo, 2007 essas adaptações curriculares realizam-se em três níveis:

- ❖ Adaptações no nível do projeto pedagógico (currículo escolar) que devem focalizar, principalmente, a organização escolar e os serviços de apoio, propiciando condições estruturais que possam ocorrer no nível de sala de aula e no nível individual.
- ❖ Adaptações relativas ao currículo da classe, que se referem, principalmente, à programação das atividades elaboradas para sala de aula.
- ❖ Adaptações individualizadas do currículo, que focalizam a atuação do professor na avaliação e no atendimento a cada aluno.

As decisões com relação às Adaptações e flexibilizações Curriculares que deverão ser implementadas, bem como aos apoios (suportes) a serem providenciados, deverão considerar as características individuais do aluno, as

áreas prioritárias a serem apoiados, quais os tipos de apoio mais eficientes para responder às necessidades do aluno de inclusão, e ainda em quais situações o apoio deve ser disponibilizado.

Neste sentido, as Adaptações Curriculares são providências políticas, administrativas, técnicas e tecnológicas que tem por objetivo dar suporte educacional para todos os alunos, inclusive, os que apresentam necessidades educacionais especiais, de forma a auxiliá-los, no processo educacional, possibilitando o acesso ao conhecimento e seu uso funcional, na administração de sua própria vida, e no processo de transformação da sociedade.

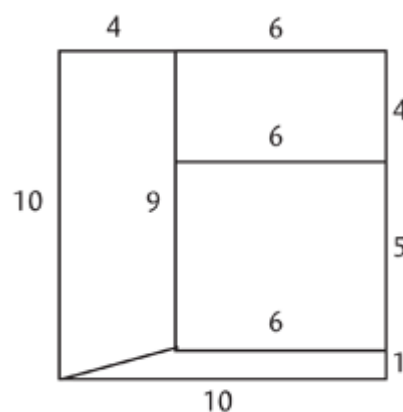
Atividades reflexivas do 5º e 6º encontro:

- Quais as dificuldades vivenciadas no dia a dia em sala de aula com alunos que possuem deficiência intelectual?
- Que alternativas metodológicas são usadas em suas aulas para atender esse aluno?
- O que interfere no momento de efetuar uma flexibilização curricular?
- Quais os dados relevantes sobre o aluno deficiente intelectual que o professor e pedagogo devem conhecer para realização flexibilização curricular?
- Por que a flexibilização das práticas educacionais beneficia ao aluno com deficiência e aos demais?
- O que você entende por adaptação de pequeno porte?
- A quem compete elaborar a adaptação de pequeno porte?
- Como a adaptação e flexibilização curricular estão acontecendo na sua escola?
- Que estratégias você pode utilizar para diagnosticar as necessidades do educando e assim elaborar seu plano de trabalho?

7º encontro – Utilizando exemplos de atividades que proporcionam algumas estratégias que podem facilitar a superação de algumas dificuldades encontradas nos alunos com deficiência intelectual.

- **Quebra-cabeça da proporcionalidade – disciplina de Matemática**

Objetivo: Encontrar a constante de proporcionalidade em um problema.
Conteúdo específico: Proporcionalidade.
Anos: 6º e 7º ano.
Tempo estimado: Cinco aulas.
Material necessário
Quebra-cabeça (*conforme o modelo ao lado*), papel, régua e tesoura.



Flexibilização

Para trabalhar com alunos com deficiência intelectual vale investir em questões facilmente perceptíveis por ele nas situações do cotidiano. O uso de materiais concretos e da calculadora auxiliam sempre. Elaborar problemas utilizando desenhos e recortes é muito positivo, pois dessa forma se está mexendo com frações nas proporções. Mostre, inicialmente, quando duas frações representam a mesma quantidade, utilizando barras de chocolate ou uma pizza, por exemplo. Todo registro e anotações das atividades são importantes para organização do pensamento do aluno com deficiência intelectual. Será que se eu comprar uma barra de chocolate e dividir em duas partes iguais e der uma parte para o meu amigo e dividir outro chocolate em quatro partes e der duas para o meu amigo ele receberá a mesma quantidade? Com isso você começa a explorar o conceito de equivalência. E então é possível começar a explorar a utilização das letras nas frações, utilizando a propriedade fundamental numa proporção. Trabalhar a multiplicação cruzada e perguntar qual é o número que multiplicado por 10 vai resultar 30 (podemos fazer a tabuada do 3 e utilizar a calculadora). A seguir, ajude o aluno a substituir no lugar do x o número encontrado e trabalhe novamente com desenhos, caso seja necessário. Faça com que o aluno pratique mais exercícios semelhantes no contra turno, com ajuda do Atendimento Educacional Especializado e amplie o tempo de realização das atividades para o aluno com deficiência intelectual.

Desenvolvimento

- I. Divida a turma em grupos, entregue o quebra-cabeça e proponha que fabriquem outra figura nos mesmos moldes, porém maior: o lado que mede 4 centímetros deve medir 7.
- II. É provável que, ao buscar a solução do problema, muitos alunos optem por adicionar 3 centímetros a cada um dos lados da figura, apoiados na informação de que entre 4 e 7 foi necessário somar 3. Porém, quando tentam encaixar as peças novamente, não conseguem. Por isso, oriente para que refaçam a atividade. Eles devem reorganizar as peças, conferir as medidas e questionar os colegas quanto à confecção do trabalho. Acompanhe as discussões e registre as estratégias utilizadas por cada grupo.
- III. Discuta as soluções com toda a sala para que os estudantes tenham a oportunidade de defender e comparar seus pontos de vista. Note que vão se apoiar nos conhecimentos que já têm sobre o assunto, baseando-se em regras ou usando o campo multiplicativo, por exemplo. Estratégias como "para alcançar o 7, posso calcular $2 \times 4 - 1 = 7$ ou $2 \times 6 - 1 = 11$ etc."
- IV. Na tentativa de solucionar o desafio, os alunos devem perceber que a ampliação dos lados utilizando a adição de 3 centímetros na figura não respeita a mesma proporção e que isso ocorre na multiplicação. Ao utilizarem cálculos semelhantes aos da etapa anterior, é provável que se aproximem da resposta, mas ainda não encontrem o resultado correto. Nesse momento, levante o conhecimento sobre a razão (a razão de uma proporcionalidade direta é encontrada dividindo uma grandeza pela outra). Com essa informação, peça que os estudantes calculem a razão para que a ampliação do quebra-cabeça seja correta ($7 \div 4 = 1,75$). Assim, vão utilizar esse dado para encontrar as demais medidas ($6 \times 1,75 = 10,5$ ou $5 \times 1,75 = 8,75$ e assim sucessivamente) até que o novo quadrado seja montado.

Avaliação

Observe o desempenho dos alunos ao longo do trabalho, pois, para controlar o aumento das peças de maneira que elas se encaixem, será preciso compreender a importância da constante e do modelo de proporcionalidade propostos. Observe as estratégias e debata-as com a turma. Assim, se um

aluno não compreendeu como se dá a proporcionalidade entre as grandezas apresentadas no problema, a conversa em grupo poderá auxiliá-lo.

Fonte: <http://revistaescola.abril.com.br/matematica/pratica-pedagogica/quebra-cabeca-proporcionalidade-584449.shtml>
(Acesso dia 22/ 11/ 2013)

• **Análise de imagens históricas – disciplina de História**

Objetivos

- Analisar o contexto econômico, social e político de um fato com base num documento iconográfico (nesse caso, a independência do Brasil).
- Compreender o processo histórico por meio dessa análise.
- Desenvolver o pensamento crítico.
- Relacionar a análise das imagens com o estudo dos textos.

Material necessário

Cópias da reprodução do quadro *Independência ou Morte*, de Pedro Américo.

Disponível em:

http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Independ%C3%Aancia_ou_Morte.jpg

(acesso em 22/ 11/ 2013)

Flexibilização

Antecipe a atividade para os alunos com deficiência intelectual. Assim eles já chegarão à aula sabendo o que será tratado. O aluno pode, perfeitamente, identificar o autor da obra, o ano, e fazer observações sobre os elementos da tela. O trabalho em duplas também contribui. Relacionar o quadro a outras obras sobre a independência, como músicas, fotografias e textos, por exemplo, é útil para reforçar as aprendizagens. Se o aluno não for capaz de fazer uma dissertação, peça que escreva listas de elementos importantes - personagens, fatos do período etc. - ou produza um texto mais simples. O importante é que ele participe dos debates com a turma e possa expressar sua opinião, contribuindo com o grupo.

Desenvolvimento

Divida a turma de alunos formando duplas. Distribua as cópias da reprodução e peça que identifiquem o autor e a data. No caso da reprodução, sempre se deve colocar a citação iconográfica abaixo da imagem: o nome da

obra, o autor, o ano de produção e o local em que ela se encontra. Questione os alunos sobre o ano de execução da obra. É o mesmo da proclamação da independência? Após responderem, mostre que esse é um exemplo de documento feito por um artista bem depois de o fato ter ocorrido e que representa a interpretação dele a respeito de um momento passado. Em seguida, encaminhe a observação do conteúdo. Instigue os jovens a identificar que características do quadro expressam a sociedade da época retratada (como vestimentas e gestos). Conduza os alunos a pensar sobre qual seria a economia predominante e quem detinha o poder. Quem é a figura que está ao centro? O que isso representa? Como as figuras se relacionam? Vale levantar com a turma quem é quem, qual o papel de cada um ali e o porquê de estarem posicionados da maneira como aparecem na cena. A turma deve perceber que a disposição dos personagens não é aleatória e diz muito sobre a visão que se tinha da independência: feita pela elite, apoiada pelo Exército, com o povo à margem, será que a independência representa uma mudança real? Ou nada mudou? Por fim, peça que cada aluno faça uma dissertação sobre a sua visão da independência baseando-se nas conclusões e hipóteses levantadas.

Avaliação

Considere tanto as exposições orais dos alunos no momento de análise da imagem como a produção textual realizada por eles. Observe se eles compreenderam a relação entre o autor e o fato retratado e o contexto histórico por trás da cena analisada. Fonte:

<http://revistaescola.abril.com.br/historia/pratica-pedagogica/analise-imagens-historicas-626860.shtml>

(acesso dia 22/ 11/ 2013)

8º encontro – Com as oficinas levar o professor após os conhecimentos adquiridos, elaborar atividades e sugestões que possam contemplar o projeto político pedagógico da escola com alguns planos de ensino que contemple a flexibilização de pequeno porte na escola de atuação. Para ensinar, sabemos que é necessário que o professor tenha conhecimento de como se dá o processo ensino/aprendizagem; domínio do conhecimento a ser socializado;

competência técnico-pedagógica; intencionalidade pedagógica e percepção das especificidades educacionais de seus alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução a metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2005.

BEYER, H. O. **Por que Lev Vygotsky, quando se propõe uma educação inclusiva?** Revista do Centro de Educação. Edição nº 26, 2006. Disponível em: <http://coralx.ufsm.br/vevce/ceesp/2005/02/a7.htm>

BRASIL. Leis e Decretos. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Decreto n. 3.298, de 20/12/99.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Inclusão: Revista da educação especial, v.4, n.1, jan./jun. 2008. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. DCNs **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial**. Brasília, 1995.

BRASIL, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. **O processo de integração escolar dos alunos portadores de necessidades educacionais especiais no sistema educacional brasileiro**. Brasília: SEESP, 1995.

COLL, Cesar. **Psicologia e currículo: uma aproximação psicopedagógica à elaboração do currículo escolar**; tradução de SCHILLING, CLÁUDIO; Revisão Técnica de DEHENZELIN, Monique. 4 ed. Editora Ática, 1999.

DECLARAÇÃO Mundial Sobre Educação para Todos. **Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**. In: Conferência Mundial sobre Educação para Todos. Tailândia, 1990.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. **Resolução CNE/CEB 4/2009**. Brasília, cinco de outubro de 2009, seção 1, p. 17.

FERREIRA, Maria Elisa Caput; GUIMARÃES, Marly. **Educação inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

JANNUZZI, Gilberto de Martino. **A educação do deficiente no Brasil dos primórdios ao início do século XXI**. Autores Associados. Campinas, São Paulo, 2004.

MEC. **Projeto Escola Viva**: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos. Brasília:

Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial - **Visão Histórica**, v 1, 2005.

MOREIRA, Antonio Flávio e SILVA, Tomaz T. **Currículo, Cultura e Sociedade**. Editora Cortez. São Paulo, 1994.

O MENINO Selvagem de Averyon. Direção: François Truffaut. Produção: Marcel Berbert. Intérpretes: François Truffaut, Jean Dasté, Françoise Seigner, Claude Miller, Jean Gruault. Roteiro: Jean Gruault, François Truffaut, Jean Marc Gaspard Itard. Les Productions Artistes Associés, 1970. P&B, 83 min.

OLIVEIRA, Sílvia Luiz de. **Tratado de metodologia científica**: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

SILVA, Tomaz T. **Documento de Identidade. Uma introdução às teorias do currículo**. Editora Autêntica. Belo Horizonte, 2007.

McLAREN, P. **Multiculturalismo crítico**. Editora Cortez. Rio de Janeiro, 1998, apud Glat SILVA, Tomaz T. **Documento de Identidade. Uma Introdução às Teorias do Currículo**, 2ª edição, Belo Horizonte, 2007.

OPS/OMS. **Declaração de Montreal sobre a deficiência intelectual**. Montreal, 06 de outubro de 2004. Disponível em: <http://www.mpdf.gov.br/sicorde/legislacao/01/a1/16.htm>

SHIMAZAKI, Elsa Midori e MORI, Nerli Nonato Ribeiro. **Deficiência e Inclusão Escolar**. Editora da Universidade Estadual de Maringá. Maringá, PR. 2012.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SÃO PAULO: **Referencial sobre Avaliação da Aprendizagem de alunos com Necessidades Especiais** – 2007. Disponível em: <http://args.portaeducacao.prfeitura.sp.gov.br/ edesp.pdf>.

UNESCO, **Declaração de Salamanca e enquadramento da ação na área das necessidades educativas especiais**. Salamanca, 1994. Disponível em: http://redeinclusao.web.ua.pt/files/fl_9.pdf

ANEXOS

Questionário para Diagnóstico (não é necessário se identificar)

- **DI** - Deficiência Intelectual

1. Formação Acadêmica _____

() Pós- graduação especialização; () Mestrado; () Doutorado

.

2. Sua área de atuação: _____

3. No seu curso superior você teve formação para trabalhar com alunos com DI?

() sim () não

4. Você convive com pessoas deficientes?

() Sim () Não

5. Você presenciou algum tipo de discriminação em relação aos alunos com deficiências?

() Sim () Não

6. Ouviu falar em Educação Inclusiva?

() Sim () Não

7. Já realizou algum curso na área de Educação Especial?

() Sim () Não

8. Em qual modalidade:

() Palestras; () Grupo de Estudos;
() Encontros; () Adicional;
() Pós-graduação, especialização na área de Educação Especial.
() Outro. Qual? _____

9. Já teve experiência com alunos DI, no ensino regular?

() Sim () Não

10. Tempo de atendimento com alunos DI?

() 1 ano; () 2 anos; () 3 anos; () 4 anos; () 5 anos ou mais.

11. Em relação ao atendimento de alunos DI, assinale o grau de dificuldade que você encontra em sala de aula:

() Muito;

() Pouco;

() Nenhuma dificuldade.

12. Em sua opinião o professor necessita de apoio para trabalhar com alunos com DI? Dê a sua sugestão.

(Nas questões 13, 14, 15 e 16 pode considerar mais de uma alternativa)

13. Em sua opinião, quais considerações são relevantes para realizarmos um bom trabalho com alunos com DI?

() As suas limitações;

() O diagnóstico;

() O que nos incomoda;

() Suas potencialidades;

() Sua deficiência.

14. São características dos alunos com DI.

() Falta de interesse nas atividades desenvolvidas em sala de aula, devido a sua falta de concentração.

() Indisciplina, por não conseguir abstrair e fazer as devidas conexões com o conhecimento adquirido (empírico) com o conhecimento científico.

() Atraso nas áreas do desenvolvimento (cognitiva, motora, psicomotora, linguagem e socioafetiva);

() Ritmo de aprendizagem mais lento e tardio na aquisição de conhecimentos.

15. As dificuldades apresentadas por alunos com DI, são:

() Abstrair e generalizar conceitos e conteúdos;

() Compreensão de informações complexas;

() Manter a disciplina, devido sua falta de atenção e de concentração;

() Usar o raciocínio lógico de idéias e planejar para resolver problemas;

() usar o julgamento e o pensamento abstrato.

16. As adaptações curriculares de pequeno porte compreendem:

- () Aquisição do mobiliário específico necessário;
- () Modificações nos objetivos e nos conteúdos;
- () Modificações na metodologia e na didática;
- () Modificação no tempo (temporalidade)
- () Modificação nas avaliações;
- () A efetivação de ações que garantam a interdisciplinaridade.